

ASPECTOS GERAIS

- Compete aos **estados** e DF.
- Fato Gerador:**

1. Circulação de mercadorias (inclusive energia elétrica)
2. Serviço de transporte
 - Interestadual
 - Intermunicipal
 - Intramunicipal ou internacional, não!! 
3. Serviço de comunicação oneroso

Ainda que as operações (mercadorias) e prestações se iniciem (serviços) no **exterior**

(Atualizado conforme a EC.108/20) 

REPARTIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

- Pertencerão aos municípios **25%** do produto da arrecadação dos ICMS
- Divisão entre os municípios:
 - No mínimo **65%**: Na proporção do **valor adicionado** no território do município
 - Até **35%**: Conforme dispuser a **lei estadual**
No mínimo 10 pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e aumento

E pela **união** em territórios federais

REGIME DE COMPENSAÇÃO

- O ICMS será **não-cumulativo** → compensando-se o que for devido em cada operação com o valor **cobrado** nas anteriores pelo mesmo ou outro estado.
- As bancas adoram trocar por **"pago"**!! 
- A isenção ou não incidência:
 1. **Não dá direito** a crédito
 2. **Anula** os créditos das operações anteriores (no momento do reconhecimento, não se sabia da isenção/não incidência)

O **direito ao crédito** está vinculado a algumas **obrigações acessórias**. (ex.: emissão de notas fiscais)

IMPOSTOS dos estados = ICMS =

EX: Alíquota de 10% em todas as etapas.

(Indústria)
Contribuinte 1

Valor da
mercadoria:
R\$ 2.000,00

ICMS: 10% R\$ 2.000,00
= R\$ 200,00

(Indústria)
Contribuinte 2

Valor da
mercadoria:
R\$ 3.000,00

Crédito: R\$ 200,00
ICMS: 10% R\$ 3.000,00
(débito) = R\$ 300,00

(Varejista)
Contribuinte 3

Valor da
mercadoria:
R\$ 4.500,00

Crédito: R\$ 300,00
ICMS: 10% R\$ 4.500,00
(débito) = R\$ 450,00

ICMS a
recolher
R\$ 300 - R\$ 200
= R\$ 100,00

ICMS a
recolher
R\$ 450 - R\$ 300
= R\$ 150,00

IMPOSTOS DOS ESTADOS

= ICMS =

ALÍQUOTAS

- O ICMS poderá ser **seletivo** Em função da **essencialidade** das mercadorias/serviços
- = alíquota
 - Maior → produtos **supérfluos**
 - Menor → produtos **essenciais**

ALÍQUOTAS INTERNAS

- Definidas por **lei estadual** salvo **deliberação** em contrário dos estados + DF, (convênio do Confaz)
- as alíquotas internas não poderão ser **inferiores** às interestaduais.

ALÍQUOTAS INTERESTADUAIS

(Fixadas por resolução do **Senado Federal**)

- Regra geral: **12%**
- "Rico" → "Pobre": **7%**

(Regiões sul/sudeste)
(salvo Espírito Santo)

(Regiões norte, nordeste,
centro-oeste Espírito Santo)

ALÍQUOTA	INICIATIVA	APROVAÇÃO
Interestadual e exportação (obrigatória)	Presidente ou 1/3 do senado	Maioria absoluta
Interna mínima (facultativa)	1/3 do senado	Maioria absoluta
Interna máxima (facultativa)	Maioria absoluta	2/3 do senado

💡-NOVIDADE! (LC 194/2022)

as operações relativas a **combustíveis**, **gás natural**, **energia elétrica** e **comunicações** são consideradas **transporte coletivo**

operações de bens/serviços **essenciais** e **não** podem ser considerados **supérfluos**. (interfere na definição da alíquota)

REGRAS:

- é **vedada** a fixação de **alíquotas** sobre tais operações em valor **maior** que o das operações gerais
- o ente **pode aplicar alíquotas reduzidas** (para beneficiar consumidores)

para **combustíveis**, **gás natural** e **energia elétrica** essas alíquotas **não** podem ser maiores que a vigente na publicação da LC 194/22

Alíquota de **4%** :

- Transporte aéreo** de carga e mala postal **e**
- Operação interestadual com produtos **importados** ou que tenham mais de **40%** de conteúdo importado.

Obs.: existe a alíquota de **exportação**

fixada pelo senado: **13%**

(Mas não tem aplicação!
EC 42/03 concedeu imunidade)

IMPOSTOS dos estados = ICMS =



PAPEL DA LEI COMPLEMENTAR ||

- Cabe à **lei complementar**:
 1. Definir seus **contribuintes**
 2. Dispor sobre **substituição tributária**
 3. Disciplinar o **regime de compensação** do imposto
 4. Fixar o **local** da operação
(Para efeito de cobrança e definição
do estabelecimento responsável)
 5. Excluir da incidência do imposto as **exportações**
 6. Prever casos de **manutenção de crédito**
relativamente a
 - exportação ou remessa
para outro estado
 7. Regular como
 - isenções,
incentivos
benefícios fiscais
serão
concedidos/revogados. (Mediante deliberação
dos estados e DF)
 8. Definir os **combustíveis e lubrificantes** sobre
os quais o ICMS incidirá uma única vez
(LC 192/22 (= ICMS monofásico))
 9. Fixar a **base de cálculo**
o ICMS a integra também na importação
(É um imposto "por dentro")

ICMS E IPI ||

IPI **não** integra a B.C.
do ICMS quando
(Tem que cumprir
todos os requisitos)

Produtos destinados
à industrialização e
comercialização

Operações entre
contribuintes

Operação e F.G.
dos dois impostos

Exemplos em que o IPI **integra** a BC do ICMS:

1. Operação entre contribuintes, mas
destinada ao **ativo permanente**
2. Venda a **consumidor final**
(não destinada à industrialização e comercialização)
3. Venda para **não contribuinte**

INCIDÊNCIA RESTRITA

- Não pode incidir nenhum **imposto** que não **ICMS, II e IE** sobre operações com:
 1. Energia elétrica
 2. Minerais
 3. Combustíveis
 4. Derivados do petróleo
 5. Telecomunicações

INCIDÊNCIA

- Lista **exemplificativa** (não exaustiva)
- A legislação estadual pode ampliar esse rol.

IMPORTAÇÃO

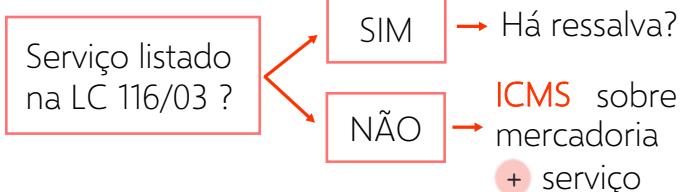
- Entrada de bem/mercadoria **importados** (+ serviço prestado no exterior)
 - por pessoa

física	ainda que não seja contribuinte habitual
jurídica	
 - Qualquer que seja sua finalidade
 - Cabe ao estado em que estiver
 - situado o

domicílio	
estabelecimento do destinatário	

MERCADORIAS E SERVIÇOS

- Fornecimento de mercadorias + serviços, não compreendidos na competência dos municípios (ISS)
 - ICMS sobre o **valor total** da operação.



Outros tipos de tributos podem (ex.: contribuição)

NÃO-INCIDÊNCIA

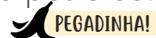
(= imunidades)

- Exportação de **mercadorias** e **serviços** assegurada a **manutenção** e **aproveitamento** do crédito

- Operações que **destinem a outros estados**:

- Petróleo
- Lubrificantes
- Combustíveis líquidos e gasosos deles derivados
- Energia elétrica.

Etanol e GNV não são derivados do petróleo.



- Ouro, quando definido em lei como
 - ativo financeiro ou
 - instrumento cambial

- Serviço de **comunicação** nas modalidades radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção **livre** e **gratuita**.

- Fonogramas e Videofonogramas:

- produzidos no Brasil
- musicais ou literomusicais
- de autores brasileiros ou interpretados por artistas brasileiros
- Suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham (salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser)

IMPOSTOS dos estados = ICMS =

IMPOSTOS dos estados = ICMS = ICMS MONOFÁSICO

TRIBUTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

- O ICMS cabe ao Estado onde ocorrer o **consumo** nas operações com lubrificantes e combustíveis derivados do petróleo
(a saída de um estado para outro é imune)
- Operações **interestaduais** com:
 - Gás natural e seus derivados
 - Lubrificantes e combustíveis **não** derivados do petróleo
- **Entre contribuintes:**
o ICMS será **repartido** entre os Estados de origem e destino.
(como qualquer mercadoria)
- **Destinados a não contribuintes:**
o ICMS caberá ao Estado de **origem**.
(uso da alíquota interna)
- Suas regras serão estabelecidas por deliberação dos Estados e DF (convênio do Confaz).

Cabe à Lei Complementar definir os **combustíveis e lubrificantes** sobre os quais o ICMS incidirá uma única vez.

LC 192/22

ALÍQUOTAS DO ICMS MONOFÁSICO

CAI MUITO!

- Serão definidas por **deliberação** entre os Estados e DF (convênio do Confaz)
- é exceção ao princípio da legalidade.

CARACTERÍSTICAS

1. Serão **uniformes** em todo território nacional.
• podem ser diferenciadas por **produto**
2. Podem ser:
 - específicas (Por unidade de medida)
 - *ad valorem* (Alíquota \neq B.C.)
3. Podem ser reduzidas e reestabelecidas no mesmo exercício
• Não obedece o princípio da **anterioridade** anual
(mas obedece a noventena!) PEGADINHA!

ASPECTOS GERAIS

- Imposto com finalidade **fiscal**
- Sujeito aos **princípios**:
 - legalidade
 - anterioridade
 - noventena

FATO GERADOR

- Transmissão **causa mortis** e **doação** (a título gratuito) de bens **móveis** e **imóveis**
- São tantos **F.G.s** quanto forem os herdeiros/donatários.

 **NOVIDADE!** (EC 126/22)

o ITCD **não** incidirá sobre doações destinadas a **projetos socioambientais** ou destinados a mitigar os efeitos das **mudanças climáticas** e às **instituições federais de ensino** (no âmbito do Executivo Federal)

ESTADO A QUE COMPETE O IMPOSTO

SITUAÇÃO	ESTADO
Bens imóveis , e respectivos direitos	Onde se localiza o imóvel
Bens móveis , títulos e créditos causa mortis	Onde se processa o arrolamento ou inventário
Bens móveis , títulos e créditos doação	Onde estiver o domicílio do doador (não confunda com donatário)
<i>De cuius</i> ou doador no exterior	Definido em lei complementar

JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE || (STF)

IMPOSTO DE TRASMISSÃO **CAUSA MORTIS**:

- Alíquota vigente na data da **abertura** da sucessão.
- Calculado sobre o **valor dos bens** na data da **avaliação**.
- Não** é **exigível** antes da **homologação** do cálculo.
- Não incide** sobre os **honorários** do **advogado** contratado pelo inventariante
- Incide** no inventário por **morte presumida**.

IMPOSTOS dos estados = ITCD =

BASE DE CÁLCULO

- = **Valor venal** dos **bens transmitidos** { direitos

CONTRIBUINTES

- = Qualquer das **partes** na operação tributada, como dispuer em **lei**.

ALÍQUOTAS

- O estado não pode vincular suas alíquotas ao teto
- Alíquotas **máximas** → fixadas pelo **senado**
- Podem ser **progressivas** (STF) (graduado conforme a capacidade contributiva)

LANÇAMENTO

- = por **declaração**

ASPECTOS GERAIS ||

- Imposto com finalidade **fiscal**
- **Não** há normas gerais editadas pela União → os estados têm competência legislativa plena

CONTRIBUINTES ||

- Proprietário do **veículo automotor**.

ALÍQUOTAS ||

- Sujeitam-se aos princípios da **anterioridade anual** e **nonagesimal**.
- Alíquotas **mínimas** → fixadas pelo **Senado** (não confunda com o **ITCD**: máximas)
- Pode ter alíquotas **diferenciadas** em função de :
 - Tipo
 - Utilização } do veículo
- É vedada a aplicação de alíquotas **diferenciadas** para veículos **nacionais** e **importados** (STF).

IMPOSTOS dos ESTADOS = IPVA =

FATO GERADOR ||

- = Propriedade de veículos **automotores** o IPVA **não** incide sobre **aeronaves** e **embarcações** (STF)

LANÇAMENTO ||

- = de ofício
Uso da tabela de valores para cada veículo

BASE DE CÁLCULO ||

- = **Valor** do veículo conforme suas **particularidades**.
 - marca
 - modelo
 - ano
- Alteração de **B.C.** não está sujeita à **noventena** (as alíquotas estão!)